

O dever de memória entre as narrativas autorreferenciais, os silenciamentos e as dissimetrias de poder

The duty of memory between self-referential narratives, silencing and power dissimetries

O dever de memória é um mecanismo socialmente instalado que possui uma vida ativa e tumultuada: não apenas no sentido de que o passado é um terreno movediço que se transforma continuamente a partir das interpretações que fazemos do presente, mas também a partir da perspectiva de que se trata de um processo que impõe demandas – contraditórias e em disputa – sobre como uma sociedade pensa sobre si própria e quais são os projetos para o futuro que devem ser validados ou não. É a partir desse reconhecimento que a revista *Parágrafo* traz o dossiê “Jornalismo, liberdade de expressão e censura: 50 anos depois do AI-5”. Os textos reunidos nessa edição atravessam a discussão sobre como as formas de memória da ditadura militar articulam demandas sociais amplas relacionadas a narrativas autorreferenciais de legitimação, aos silenciamentos no campo da comunicação e às dissimetrias de poder no engendramento dos regimes de visibilidade.

O primeiro conjunto de artigos discute a forma como a memória da ditadura militar se tornou um importante elemento discursivo de legitimação das narrativas autorreferenciais da imprensa brasileira. O artigo “AI.5: Um presente de incerteza e sem horizon-

te para o futuro” mostra como os jornais retrataram o evento na época e o sutil jogo entre a lembrança e o esquecimento desse evento na atualidade. Segundo a autora, muitos dos acontecimentos retratados na época ficaram fora das representações presentes sobre o fato e a imprensa foi hábil em engendrar uma narrativa que a colocava como um ator heroico de atos de resistência. Já “1968 no ‘Jornal do Brasil’ de 2018: um tempo além de seu valor-notícia” analisa o discurso jornalístico do *Jornal do Brasil* sobre os acontecimentos políticos de 1968 no Brasil 50 anos depois, em 2018, ano de seu retorno para as bancas. A memória da ditadura, nesse caso, é posta como um elemento validador de uma imagem pública desejável do periódico. Trata-se de um tema também discutido em “História e memória da ditadura militar em tempos de (auto)censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação”, em que o autor problematiza a questão da memória da ditadura militar como um acontecimento fulcral para a constituição das identidades do jornalismo brasileiro na atualidade, a partir de uma análise da *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

O esquecimento compõe outro eixo de discussão do presente dossiê. Em “Os aikewáras e

a guerra contra o silêncio: ditadura a perpetuação da imagem colonial dos indígenas nos meios de comunicação”, o autor discute como certos veículos de comunicação trataram as pautas indígenas, em especial nos contextos políticos em que esse grupo social sofreu abusos. A resistência aos silenciamentos é o temática do artigo “A coluna esportiva de Plínio Marcos no jornal Movimento: a imprensa alternativa como resistência aos silenciamentos”, que aborda a forma como a imprensa alternativa abrigava profissionais censurados nas artes e na grande imprensa e explorava temáticas e linguagens silenciadas em outros jornais.

As dissimetrias do poder de comunicação é discutido no artigo “As comunicações do governo militar e da oposição na Guerrilha do Araguaia: profissionalismo, planejamento e poder versus amadorismo e resistência”. Nele, os autores discutem a disparidade de acesso aos meios produtores de informação dos atores em disputa no conflito, o que levou a consequências importantes nas narrativas

articuladas pela imprensa e pela historiografia. Tal dissimetria é também abordada no artigo “Ditadores militares nas ruas de Vilhena-RO: história e memórias na constituição dos espaços públicos”. A partir das memórias dos moradores das ruas que homenageiam os ditadores militares da cidade de Vilhena, interior de Rondônia, o autor discute a forma como as cidades carregam marcas temporais que revelam aspectos históricos e memoriais de sua existência que deixam entrever campos de poder.

Estudar a vida ativa das memórias é uma forma de acessar as contradições sociais do tempo presente, de forma a repensar as demandas que tais passados narrativizados nos impõem. Boa leitura a todos!

Profa. Dra. Eliza Bachega Casadei
Prof. Dr. Ivan Paganotti

Coordenadores do dossiê
“Jornalismo, liberdade de expressão e censura:
50 anos depois do AI-5”